

Bruno Reis faz balanço positivo da gestão: 'Hoje, eu seria candidato'

MATEUS SOARES
REPÓRTER

O prefeito de Salvador, Bruno Reis (União), afirmou, ontem, que se a eleição municipal fosse hoje, ele entraria na disputa para buscar a reeleição no Palácio Thomé de Souza. Ele contou que fará pesquisas de opinião em abril do próximo ano para definir se concorrerá ou não. "Vou realizar uma pesquisa qualitativa para avaliar novamente a minha imagem e a do meu governo. Vou fazer uma pesquisa para ver minha aprovação. Inclusive, a comparação dos meus percentuais com outros nomes colocados", declarou, em entrevista à rádio Metrôpole.

O atual gestor da capital

baiana garantiu que tem o apoio de todo o grupo para encabeçar mais uma vez a disputa. "Se perguntar aos presidentes de partidos e aos vereadores da minha base, todos querem que eu seja candidato", assegurou. "Vou tentar extrair, através dessa pesquisa, o sentimento [das pessoas]. Não tem problema [se eu não for candidato em 2024]. Nós temos grandes nomes no grupo que podem realizar um trabalho tão bom ou melhor do que eu. Hoje, eu seria candidato", emendou.

Bruno avaliou que 2023 foi um ano positivo para a sua gestão, classificando a cidade como um "case de sucesso". "2021 foi um ano difícil. Eu estive aqui e você me perguntou se eu estava feliz, e eu disse que não. Foi o pior momento da pandemia. Ali existia

uma série de dúvidas em relação ao futuro. Em 2022, foi um ano também com a presença da pandemia, mas com intensidade menor. Toda hora surgia uma variante nova", lembrou.

"Foi um ano misturado com eleição. Foi [um ano] de turbulência. Em 2023, deslanchamentos. Apesar da pandemia e da preocupação se poderíamos iniciar uma série de projetos, nós apostamos. Pagamos para ver e iniciamos esses projetos. Elaboramos projetos novos", ressaltou. E acrescentou: "2023 foi um ano marcado por muitas entregas e por início de projetos importantes, que vão chegar à conclusão e maturidade em 2024".

Segundo ele, este ano, a gestão conseguiu ainda ampliar a arrecadação municipal, e mencionou que não



O PREFEITO de Salvador, Bruno Reis (União), afirmou, ontem, que se a eleição municipal fosse hoje, ele entraria na disputa para buscar a reeleição

celebrou nenhum convênio com o governo do Estado nos últimos anos. "Conseguimos manter uma gestão de excelência. Nos últimos anos, desenvolvemos um case de sucesso, tendo autonomia administrativa e financeira. Ter a capacidade com recursos públicos, ampliando a base de arrecadação, trazendo novos contribuintes". "Isso nos permite ter independência e autonomia. E não ficar aqui,

em uma entrevista de final de ano, dizendo que não teve apoio do governo federal", cutucou.

Bruno também avisou que aceita debater problemas da capital com Geraldo Júnior (MDB), pré-candidato à Prefeitura de Salvador pelo grupo liderado pelo governador Jerônimo Rodrigues (PT). "Topo. Eu não tenho dificuldade nenhuma. Eu hoje estou muito mais preparado, estou

muito mais seguro. Quem passa por uma crise, sai muito mais fortalecido", afirmou o atual prefeito. Ele ainda se comprometeu com uma campanha de alto nível. "Até porque, há um ano, ele me elogiava muito, e eu também elogiava ele. Da minha parte, pode ter certeza de que vamos debater e discutir a cidade. Eu sendo candidato, vou apresentar o que foi feito nos últimos 4 anos".

SALVADOR

Jerônimo considera improvável que PT indique vice em 2024

MATEUS SOARES
REPÓRTER



O GOVERNADOR Jerônimo Rodrigues teria alertado seus aliados de que é improvável seu partido, o PT, indicar o vice na chapa em Salvador

O governador Jerônimo Rodrigues teria alertado seus aliados de que é improvável seu partido, o PT, indicar o vice na chapa encabeçada pelo vice-governador Geraldo Júnior (MDB), pré-candidato do seu grupo à Prefeitura de Salvador em 2024.

De acordo com informações publicadas ontem pelo site Política Livre, Jerônimo Rodrigues pessoalmente prefere um vice alinhado à esquerda, destacando a possibilidade de ser evangélico ou até mesmo uma mulher. Publicamente, o governador baiano tem afirmado que o nome que irá ocupar o posto

obedecerá a "critérios".

O grupo governista teria sugerido que o conselho político do governo, responsável pela escolha de Geraldo Júnior, também possa indicar o candidato a vice do emedebista.

Ainda conforme a publicação, o desejo de ter um vice do Partido dos Trabalhadores foi expresso antes da escolha do vice-governador para representar o grupo no próximo ano pelos emedebistas Lúcio e Geddel Vieira Lima, vistos como padrinhos da pré-candidatura de Geraldo.

Eles acreditam que seria uma garantia adicional para Geraldo Júnior de que não será abandonado durante a campanha à Prefeitura de Salvador pelo governo e, so-

bretudo, pelos petistas.

No entanto, a forma como a escolha de Geraldo Júnior foi feita, em detrimento dos pré-candidatos do PT, Robinson Almeida, e do PCdoB, Olívia Santana, pode ter deixado feridas difíceis de cicatrizar nos dois partidos. Essas mágoas representam desafios para a incorporação da militância esquerdista à campanha do pré-candidato emedebista.

Vale lembrar que, após Geraldo ser definido por Jerônimo Rodrigues, o deputado estadual Robinson Almeida retirou de forma oficial a sua pré-candidatura através das redes sociais. Em sua publicação, o petista iniciou o comunicado afirmando que vai lutar para que a

capital seja comandada pelo seu partido no futuro.

De acordo com Robinson, com o comando da Bahia e do Brasil, o PT "construiu um ecossistema político diverso e amplo". "Com decisão por unidade, esse grupo apresentou várias teses e nomes para representá-lo na disputa eleitoral. Após meses, a tese de candidatura de esquerda não vingou. A escolha é por outro perfil", escreveu.

A comunista Olívia Santana seguiu os mesmos passos de Robinson: "Respeitamos a decisão e, portanto, não posso seguir com a candidatura. É uma decisão que envolve a federação e nosso partido seguirá essa decisão".

Câmara de Salvador tem alta atividade legislativa em 2023

Muniz enfatizou compromisso bipartidário, evidenciado por calendário com 90 sessões

HENRIQUE BRINCO
REPÓRTER

O presidente da Câmara Municipal de Salvador, vereador Carlos Muniz (PSDB), destacou o desempenho produtivo dos parlamentares ao divulgar o balanço legislativo da 19ª Legislatura, abrangendo o período de janeiro a dezembro. Muniz enfatizou o compromisso bipartidário, evidenciado por um calendário robusto que incluiu 90 sessões ordinárias, 66 solenes, 70 especiais e duas sessões itinerantes.

Segundo o levantamento da Diretoria Legislativa (Direl), foram realizadas 32 sessões na Tribuna Popular, com um

total de 3.678 discursos e 974 pareceres emitidos. Adicionalmente, os vereadores elaboraram 29 votos em separado e conduziram 14 audiências públicas.

As atividades das comissões parlamentares resultaram em três visitas técnicas e 98 reuniões. Foram apresentadas 423 emendas nas comissões e 95 em plenário, incluindo duas emendas à Lei Orgânica do Município que foram promulgadas, somando 114 leis sancionadas.

No que diz respeito aos projetos do Executivo, 24 propostas foram aprovadas, acompanhadas por um substitutivo e um projeto de anos anteriores. Os vereadores também deliberaram so-

bre 11 vetos parciais e 15 totais, mantendo a maioria deles.

Quanto às iniciativas legislativas dos vereadores e da Mesa Executiva, foram contabilizados 308 projetos de lei, 325 projetos de indicação e 161 projetos de resolução. Dentre estes, 42 foram aprovados no plenário, com outros 45 provenientes de anos anteriores.

Além disso, foram aprovados dois projetos de emenda à Lei Orgânica do Município e dois projetos de decreto legislativo. Um total de 305 moções foi aprovado, e os requerimentos especiais somaram 246 aprovações. O balanço também incluiu 596 requerimentos administrati-

vos, 706 registros, 1.259 ofícios expedidos pela Presidência e 719 pela 1ª Secretaria, concluindo um ano legislativo intenso e produtivo.

ANDAMENTO

As atividades das comissões parlamentares resultaram em três visitas técnicas e 98 reuniões. Foram apresentadas 423 emendas nas comissões e 95 em plenário.



O PRESIDENTE da Câmara Municipal de Salvador, vereador Carlos Muniz (PSDB), destacou o desempenho produtivo dos parlamentares

Milei pressiona Congresso com ameaça de plebiscito para aprovar megadecreto

AGÊNCIA ESTADO



O PRESIDENTE Javier Milei avisou que pode convocar um plebiscito para aprovar o que vem sendo chamado na Argentina de "megadecreto" se o Congresso rejeitar a medida

O presidente Javier Milei avisou que pode convocar um plebiscito para aprovar o que vem sendo chamado na Argentina de "megadecreto" se o Congresso rejeitar a medida. A revogação de mais de 300 leis desregulamenta praticamente todas as relações comerciais no país e ainda não foi enviado à comissão mista que tem o poder de manter ou derrubar a ordem do presidente.

Questionado sobre o Decreto de Necessidade e Urgência (DNU) em entrevista ao La Nación, Milei disse que "obviamente" vai convocar uma votação popular caso os

deputados e senadores, a quem chamou de corruptos, decidam pela revogação. "Quero que me expliquem porque o Congresso se coloca contrário a algo que faz bem para as pessoas. As pessoas já entenderam bem, o megadecreto tem mais de 70% de aprovação. Então me expliquem porque votam contra as pessoas", respondeu.

Depois da entrevista, o próprio La Nación alertou para as possíveis implicações da ideia de votação popular. A primeira seria constitucional já que o presidente, alertam especialistas ouvidos pelo jornal, não poderia submeter à votação popular um pacote com mais de 100 medidas. A segunda seria prática: só o Congresso pode convocar plebiscitos

vinculantes, ou seja, que viram lei automaticamente. No caso de plebiscitos propostos pelo presidente, mesmo que seja aprovado, o texto ainda precisará passar pelos legisladores.

"Se o que Milei quer é evitar o Congresso, não vai conseguir com essa ferramenta. Chegaria ao mesmo ponto de partida que está hoje", afirma o La Nación.

O governo convocou sessões extraordinárias do Congresso para discutir o tema. São temas que não podem ser alterados por DNU, como imposto de renda, regras eleitorais e a própria burocracia do Estado argentino. As sessões devem ocorrer até 31 de janeiro, mas o decreto ainda não foi enviado ao Congresso. A medida

será discutida por uma comissão bicameral que tem o poder apenas de manter ou rejeitar o texto de 83 páginas, sem fazer alterações.

Milei disse que "uma das ideias" com as quais seu governo trabalha é emitir um bônus perpétuo para ir saltando uma dívida derivada de um processo judicial nos Estados Unidos. O país perdeu uma disputa na Justiça norte-americana relacionada à estatização da petroleira YPF, e a decisão de um tribunal de Nova York é que a Argentina comece a pagar a partir de janeiro US\$ 16,1 bilhões, diante de uma demanda realizada pelo fundo Burford Capital. Em entrevista ao canal La Nación+, Milei afirmou que "não temos o dinheiro, mas temos a vontade de pagar".